

Entre assalariados e autônomos: a experiência sindical dos profissionais da engenharia no Brasil

Investigação em curso

GT18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Sérgio Martins Pereira
Universidade Federal do Maranhão - Brasil

Resumo

Este trabalho analisa um tipo específico de sindicalismo, aquele dedicado à representação dos estratos médio e superior da força de trabalho ou de categorias profissionais baseadas em diploma universitário. A partir do caso da representação político-sindical dos profissionais da engenharia no Brasil e, em particular, no estado do Maranhão, destacaremos uma característica nem sempre observada pelos estudos do sindicalismo: a coexistência entre profissionais assalariados e autônomos na mesma “base” de representados. O estudo tem como contexto as transformações experimentadas pelo sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, em face do fenômeno que se convencionou chamar “reestruturação produtiva”. O perfil dos associados do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão servirá de ponto de partida para uma breve comparação entre diferentes experiências sindicais.

Palavras-chave: Sindicalismo, Engenheiros, Brasil.

Entre assalariados e autônomos: a experiência sindical dos profissionais da engenharia no Brasil

1. Introdução

Este trabalho tem como objeto um tipo específico de sindicalismo, aquele voltado para a representação dos estratos médio e superior da força de trabalho, ou de categorias profissionais baseadas em diploma universitário. O estudo tem como contexto as transformações experimentadas pelo sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, em face do fenômeno que se convencionou chamar de “reestruturação produtiva”. A partir do caso da representação político-sindical dos profissionais da engenharia, destacaremos uma característica nem sempre observada pelos estudos do trabalho e do sindicalismo no Brasil: a coexistência entre profissionais assalariados e autônomos¹ em uma mesma “base” de representados.

Este trabalho é parte da pesquisa “Representação político-sindical entre profissionais de nível superior: a trajetória do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (1983-2009)”. Este projeto tem auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2010-2012) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) (2011-2012 e 2013-2014).

Ainda que seja tomado como ponto de partida o estudo da trajetória do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (SENGE-MA), o presente texto realizará uma breve comparação entre esta e outras experiências da representação político-sindical dos engenheiros no Brasil.

2. Os engenheiros e as mudanças no mundo do trabalho

Como um cenário analítico mais geral, este *paper* leva em conta as transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho nas últimas três ou quatro décadas. O fenômeno da globalização e a intensificação das mudanças que se operam no interior da estrutura capitalista têm colocado em xeque não só as antigas formas de organização da produção, mas também problematizam o papel da atividade trabalho no plano da organização das sociedades².

No chamado período fordista, o assalariamento conferia aos indivíduos integração e proteção social, bem como a base para a construção de identidade e *status*. Em outras palavras, a inserção dos indivíduos na sociedade estava relacionada com a posição conferida a cada sujeito com base em sua atividade de trabalho. Já no segundo cenário, onde trabalhadores antes estáveis são lançados na precariedade ou no desemprego, a reconfiguração por que passa o mundo do trabalho priva-os da estrutura de rendimento, tornando-os também indivíduos “desfiliados” de *status*, proteção social e identidade anteriores (Castel, 1997).

Não negamos que a condição salarial pudesse representar um aprisionamento dos indivíduos em estruturas burocráticas, no sentido dado por Weber (1991). Mais ainda, a limitação a liberdade e criatividade imposta pela “jaula de ferro” se mostrava de modo particular aos profissionais de estrato superior, haja vista as possibilidades autônomas ou empresariais de realização de seu saber técnico. Contudo, autores contemporâneos, como Sennett (2006), indicam que a estrutura hierárquica das organizações modernas, seja no plano estatal ou corporativo, constitui-se também como um “lar” psicológico e social, ou melhor, torna-se um espaço de integração social. Vale ressaltar que os laços produzidos não se restringiam a uma identidade de classe (mecânicos), mas eram extensivos ao plano interclasses (orgânicos).

Efeito característico da nova economia, a “ansiedade” atinge indiscriminadamente os diferentes estratos da força de trabalho, mas particularmente os profissionais de estrato superior. Sennet (1999) analisa a trajetória de Rico, um engenheiro e consultor tecnológico, filho de faxineiro, que ascendeu social e profissionalmente, a partir do investimento familiar na escolarização, mas que encontra dificuldades na construção de relações profissionais, e por extensão sociais, duráveis.

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. Se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável.³

A desestruturação do assalariamento também torna problemática a correlação sócio-analítica que serviu de base para a construção do conhecimento sociológico, como, por exemplo, as relações entre diploma, emprego, atividade social, comportamento político etc. Ao atingir os princípios de estratificação social, a mudança não se restringe aos trabalhadores inferiores ou excluídos da estrutura produtiva, mas se generaliza por diferentes estratos sociais (Silva, 1998).

Diante desse quadro de transformação econômica e social, o movimento sindical estaria experimentando um período seguramente conturbado. Dependendo da realidade nacional-institucional em que se baseia, ou mesmo das convicções políticas e ideológicas do analista, os desdobramentos da atual conjuntura para sindicalismo podem variar entre a renovação da instituição sindical e o seu provável declínio na medida em que se ampliam no mundo do trabalho as alternativas ao *fordismo* e à sociedade industrial (Rodrigues, 1999)⁴.

3. Sindicatos de engenheiros no Brasil: uma breve caracterização

A atual organização sindical dos engenheiros no Brasil pode ser entendida como uma representação da relação entre sindicatos e Estado ao longo do século XX. Observam-se assim disputas em torno do estabelecimento de diferentes formas de ação e projetos político-sindicais, comumente classificados a partir da relação de “atrelamento” ou “autonomia” em relação ao controle do Estado.

A trajetória da categoria profissional dos engenheiros no Brasil reproduz, em certa medida, transformação experimentada pelo sindicalismo no plano mais geral, sintetizando algumas de suas características. Concordamos que a categoria dos engenheiros cultiva uma identidade de trabalhador “não-manual” e de uma “ideologia meritocrática” que se distingue de uma “consciência operária” (Saes, 1985; Boito Jr, 2007). Se por um lado o também chamado “sindicalismo de colarinho branco” demonstra-se progressista ao afirmar a dignidade do trabalho dos profissionais que representa; por outro, a ideologia do mérito também busca se afirmar pela oposição ou mesmo pelo demérito de outras profissões e, sobretudo, do trabalho manual (Boito Jr. 2007, p.242).

Nos anos 1970, a conjuntura política associada à degradação econômica desses profissionais de nível superior teria contribuído para a inclusão de suas entidades representativas no rol daqueles que se levantavam contra o regime autoritário. A atuação político-sindical dos engenheiros significava não só a luta econômica da categoria, mas também a busca pela manutenção de seu prestígio social⁵.

A mesma conjuntura que fez com que os sindicatos operários e de massa ganhassem força como agentes políticos promoveu a ascensão desse tipo de organização junto aos profissionais de nível superior, redefinindo o balanço de poder entre as entidades representativas, com uma sensível vantagem dos sindicatos em relação aos CREAs e clubes de engenharia.

O próprio desenvolvimento econômico-industrial experimentado pelo Brasil nas décadas seguintes, com a expansão da participação das grandes corporações multinacionais na economia, colocou esses profissionais diante de novas relações entre qualificação e emprego. Por um lado, observou-se a expansão do sindicalismo no setor público na segunda metade dos anos 1980, onde parte dos profissionais de nível superior se incorporava aos sindicatos de categorias cujas bases eram setores ou empresas estatais, como funcionários públicos, eletricitários, petroleiros, professores, siderúrgicos, entre outros⁶. Por outro lado, também se registrava o crescimento de outro polo do qual o sindicalismo se distanciaria cada vez mais, o dos altos quadros da indústria.

Estudos como o de Grün (1992) apontam que anos 1970 e 80, largas parcelas de profissionais liberais passariam à condição de assalariamento. Os engenheiros, em especial, assim como seus sindicatos teriam sofrido um processo de “proletarização”. A partir dos anos 1990, entretanto, a difusão de formas “autônomas” de contratação, como a contratos por projeto e entre “pessoas jurídicas”, recolocariam na agenda de discussão dos engenheiros e de suas entidades de classe a questão autonomia do exercício de seu saber profissional.

Em resumo, a trajetória dos Sindicatos de Engenheiros (SENGEs) no Brasil pode ser relacionada com as organizações sindicais “autônomas” surgidas no início do século XX; com as diferentes formas de controle e atrelamento ao Estado entre as décadas de 1930 e 1960 e; ao surgimento do “novo sindicalismo” e à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no contexto das lutas pela redemocratização nas décadas de 1970 e 1980. Já no contexto dos anos 1990, se por um lado, divergências quanto a um dos temas cruciais na época, como as privatizações, pudessem constituir um referencial para a divisão político-ideológico entre concepções sindicais, a conjuntura recessiva da década unia diferentes SENGEs em torno da garantia do emprego e da valorização dos profissionais da engenharia. Já no momento em curso, podemos destacar certa convivência entre o legado de diferentes projetos e formas de atuação, como no caso dos dois polos que atualmente se apresentam, no nível nacional, como agregadores dos sindicatos de engenheiros organizados nos planos estadual e regional.

A Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) foi criada em 25 de fevereiro de 1964, como parte da estrutura sindical corporativa para a categoria dos engenheiros, tem sede em Brasília e congrega atualmente 18 entidades, os “Sindicatos dos Engenheiros nos Estados” do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal. Já a Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (Fisenge) foi criada em 1993, como entidade paralela à FNE, dentro da estrutura orgânica da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e autônoma em relação ao controle do Estado. Com sede no Rio de Janeiro, a Fisenge reúne hoje 11 “Sindicatos de Engenheiros”: Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Rondônia, Minas Gerais e Volta Redonda.

Um conjunto de levantamentos iniciais aponta para características dos sindicatos que podem ser generalizadas por uma primeira diferenciação entre os dois grupos supracitados. A representação sindical entre os sindicatos filiados à Fisenge apresenta uma hegemonia de profissionais assalariados, enquanto que nos sindicatos ligados a FNE o assalariamento divide espaço com os profissionais autônomos e pequenos empresários.

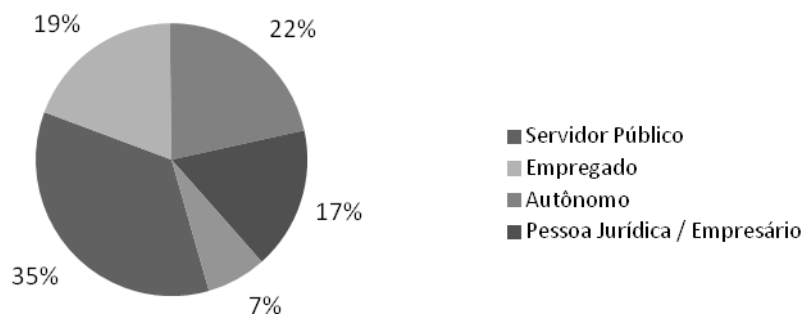
4. O Sindicato dos Engenheiros no Estado Maranhão em perspectiva comparada

O Sindicato dos Engenheiros no Estado Maranhão (SENGE-MA) traz em sua trajetória a particularidade de ter pertencido a diferentes campos de influência político-sindical atuantes entre os engenheiros do Brasil nas últimas décadas. Fundada em 1983, a entidade, seguindo a legislação trabalhista e sindical brasileira, constituiu-se atrelada ao sistema corporativo estatal representado pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Em 1986, o sindicato se filiou à CUT, passando a compor o grupo de sindicatos responsáveis pela criação da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Após um processo de dissolução legal ocorrido ainda na primeira metade dos anos 1990, a entidade retoma as atividades em 1996, retornando ao campo de influência da FNE.

Um levantamento realizado pelo autor entre 2009 e 2010 produziu um conjunto básico de informações pessoais e profissionais acerca dos associados ao SENGE-MA. Em linhas gerais, os filiados ao sindicato são: Homens (88,8%), em sua maioria titulados nas áreas de Engenharia Civil (58%), Elétrica (16%), Agrônômica (9%) e Mecânica (9%), têm entre 40 e 59 anos de idade (82,5%), concentrando moradia em São Luís, capital do estado do Maranhão (98,5%).

No conjunto inicial de informações levantadas um dado, em particular, chamava a atenção: a presença de profissionais autônomos e pessoa jurídica. Os associados do SENGE-MA dividem-se entre servidores públicos (35%), empregados privados (19%), autônomos (22%), pessoa jurídica (17%) e aposentados (7%).

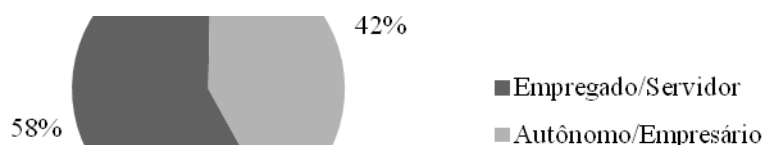
Gráfico 1 - Associados SENGE-MA por ocupação



Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010).

Para uma melhor percepção dos dados acima, podemos agregar esses profissionais em dois grandes grupos: assalariados e autônomos⁷.

Gráfico 2 - Associados SENGE-MA - assalariados x autônomos



Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010).

Com a ampliação da investigação para outros sindicatos, a divisão interna entre assalariado e autônomos encontrada no SENGE-MA também foi observada entre os sindicatos filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)⁸. Apesar de se basear em levantamento apenas informal, o quadro a seguir mostra uma significativa presença dos profissionais autônomos na base de filiados desse segmento de sindicatos.

Quadro 1 - Perfil dos sindicatos filiados à FNE⁹

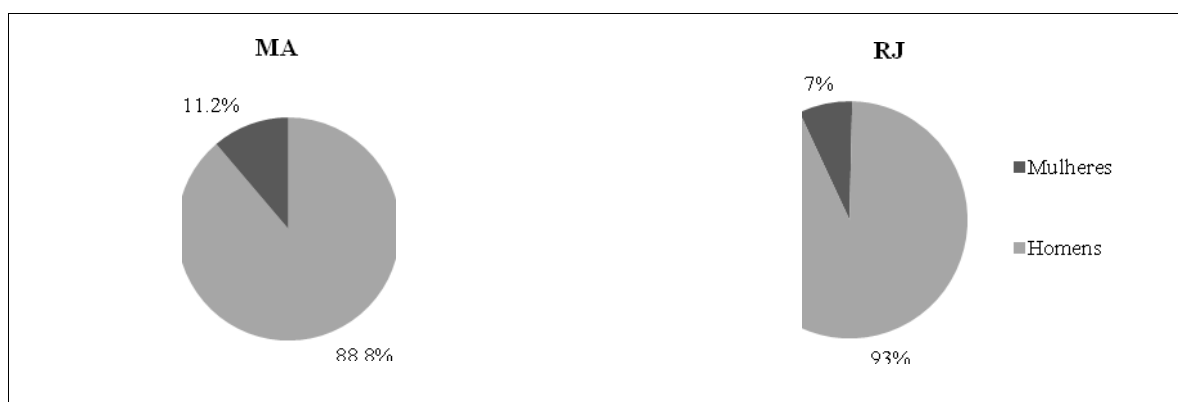
Sindicato	Associados	assalariados	autônomos
1. Maranhão	400	58%	42%
2. Acre	265	85-90%	15-10%
3. Alagoas	-	-	-
4. Amapá	180	>90%	<10%
5. Amazonas	-	-	-
6. Ceará	-	-	-
7. Distrito Federal	-	-	-
8. Goiás	2000	>70%	<30%
9. Mato Grosso	430	70%	30%
10. Mato Grosso do Sul	-	-	-
11. Pará	550	85%	15%
12. Piauí	-	-	-
13. Rio Grande do Norte	900	90%	10%
14. Rio Grande do Sul	4500	70%	30%
15. Roraima	300	50%	50%
16. Santa Catarina	1500	>50%	<50%
17. São Paulo	40.000	-	-
18. Tocantins	400	80-85%	15-20%

Fonte: Levantamento realizado pelo autor em setembro de 2012.

Ao problematizarmos o fato de o SENGE-MA apresentar em sua base de associados uma composição entre profissionais assalariados e autônomos como uma questão de pesquisa, percebemos que esta distinção que, em certa medida, é comum às carreiras de nível superior, ainda que sob variadas combinações ou proporções. Por outro lado, tal característica não necessariamente se reproduz no conjunto dos sindicatos de engenheiros no Brasil. A pesquisa também mostrou que os sindicatos filiados à Fisenge apresentam como característica marcante a hegemonia dos profissionais assalariados em sua base de representados.

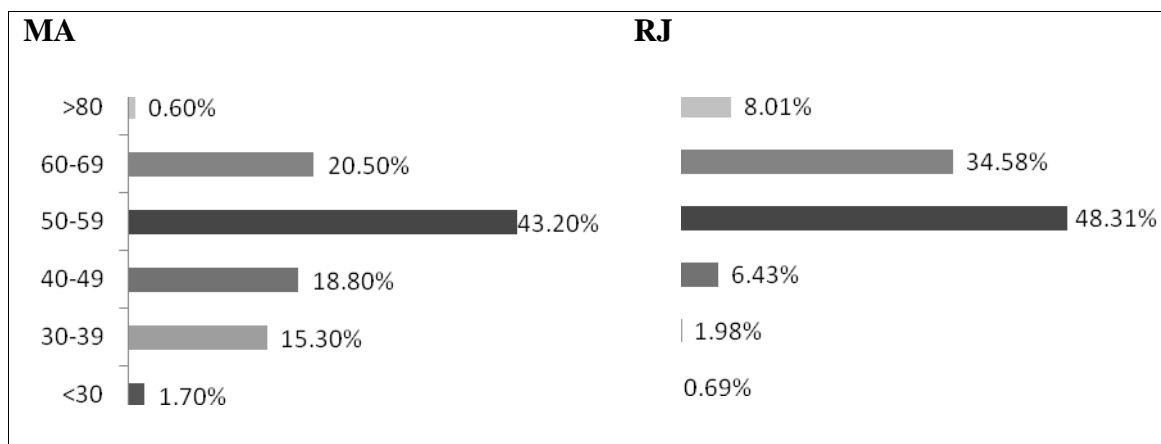
Na sequência do trabalho, o perfil dos filiados ao SENGE-MA foi comparado aos dados dos associados de um tradicional sindicato ligado à Fisenge: o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ). Apesar de o SENGE-RJ apresentar uma base de 100% de profissionais assalariados (58%, no SENGE-MA), esses dois conjuntos de engenheiros apresentaram uma semelhança qualitativa quanto a algumas características entre os seus filiados.

Gráfico 3 - Associados por sexo



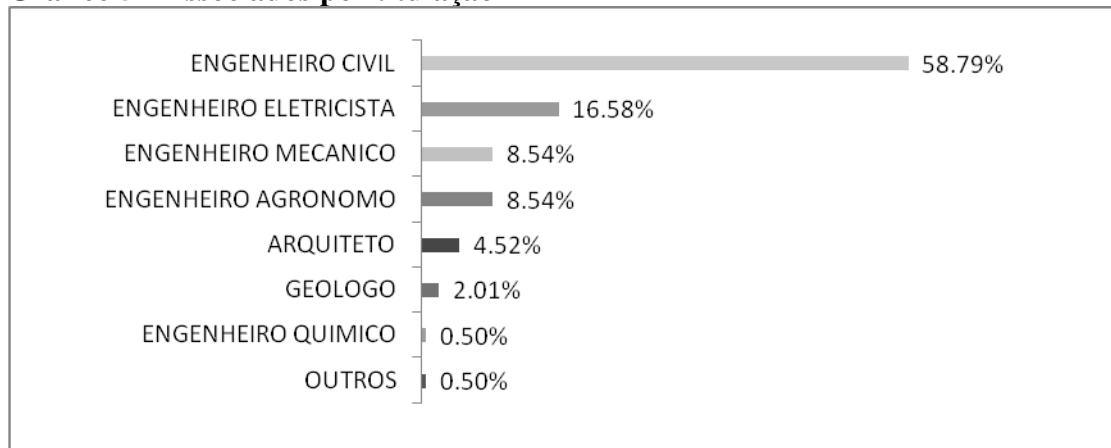
Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010) e dados fornecidos pelo SENGE-RJ (2010).

Gráfico 4 - Associados por faixa etária

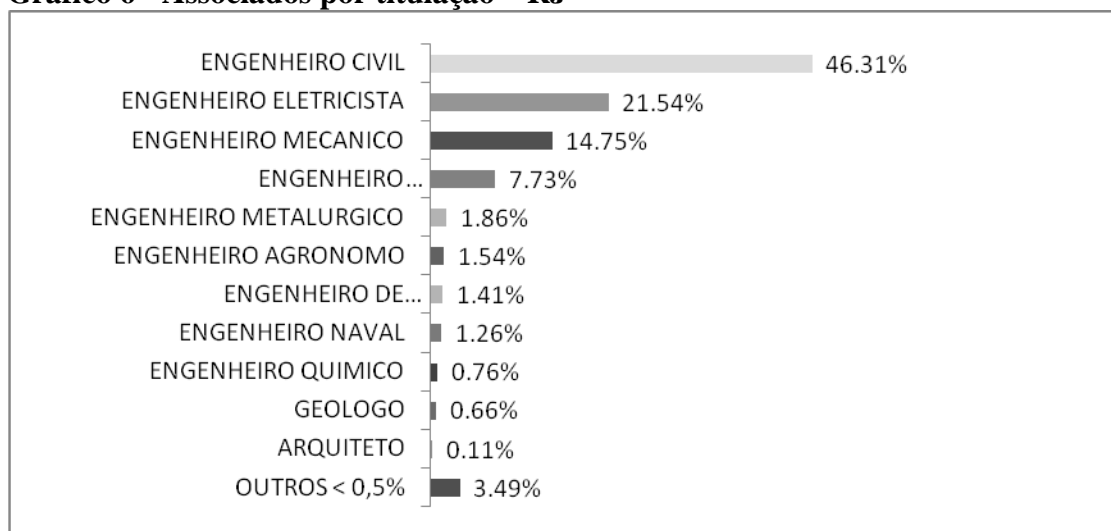


Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010) e dados fornecidos pelo SENGE-RJ (2010).

Apesar de os dados referentes ao Rio de Janeiro em parte superestimar o número de associados¹⁰, esse conjunto de informações possibilita uma comparação inicial entre os profissionais filiados às entidades. Mesmo que este fato produza vieses que comprometem a validade dessas informações, optamos por levar a diante a comparação como forma de perceber singularidades e semelhanças entre as duas diferentes bases de associados.

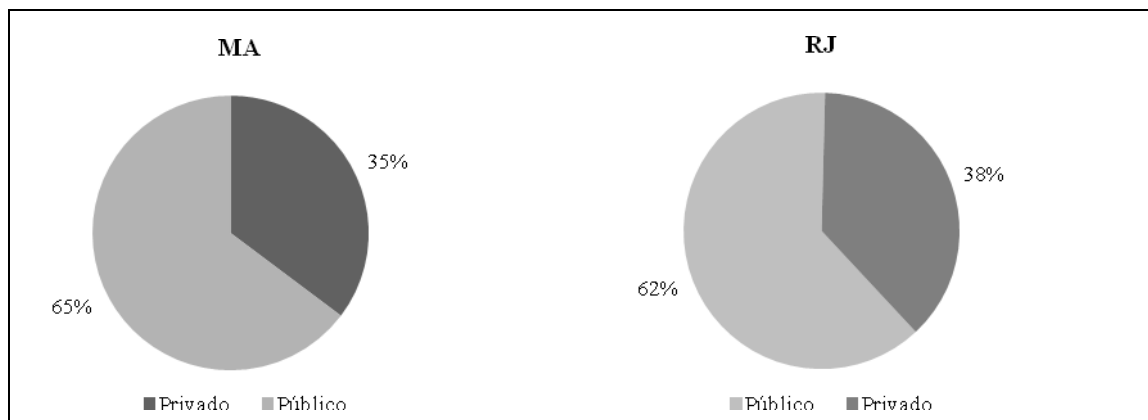
Gráfico 5 - Associados por titulação – MA

Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010) e dados fornecidos pelo SENGE-RJ (2010).

Gráfico 6 - Associados por titulação – RJ

Fonte: Dados fornecidos pelo SENGE-RJ (2010).

Outra semelhança entre os filiados das duas entidades é a forte presença de servidores públicos entre os profissionais assalariados das duas entidades. Ressaltamos apenas que no caso do SENGE-MA esta a realidade se refere apenas a 58% da base de associados.

Gráfico 1 - Associados assalariados por setor

Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010) e dados fornecidos pelo SENGE-RJ (2010).

Em parte, essa constatação alimenta algumas questões iniciais para a pesquisa. A primeira delas seria a investigação de como diferentes trajetórias sindicais fizeram com que certas concepções político-sindicais ou ideológicas prevalescessem ou fossem excluídas das entidades sindicais. A segunda aponta a necessidade de realização de um mapeamento dos atores individuais e institucionais presentes na base de sindicatos filiados a FNE e Fisenge. Poder-se-ia assim melhor avaliar as especificidades do SENGE-MA no que se distingue e no que se assemelha quanto a suas práticas, ações e estratégias em relação a outras experiências sindicais dentro e fora do espaço de influência em que atua, a base de sindicatos filiados à FNE.

5. Considerações Finais

A trajetória recente da categoria profissional dos engenheiros no Brasil, em certa medida, apresenta a influência da transformação experimentada pelos mundos do trabalho e do sindicalismo nas últimas décadas, sintetizando algumas de suas características. Estudos como o de Grün (1992) apontam que, entre os anos 1970 e 80, largas parcelas de profissionais liberais passariam à condição de assalariamento. Os engenheiros e seus sindicatos, em especial, teriam sofrido um processo de “proletarização”. A partir dos anos 1990, entretanto, o desemprego e a difusão de formas “autônomas” de contratação, como a contratos por projeto e entre “pessoas jurídicas”, recolocariam na agenda de discussão dos engenheiros e de suas entidades de classe a questão autonomia do exercício de seu saber profissional.

Em nossa opinião, essa “divisão interna” constitui o fio condutor para a observação da atuação do SENGE-MA e dos sindicatos filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Em sua totalidade, a pesquisa tem abordado experiências sindicais que se encontram diante de uma “dupla necessidade”: de representar os interesses político-econômicos da categoria profissional e de atuar de forma autônoma na sociedade, desde a formação técnico-profissional de seus associados à concepção e execução de políticas de desenvolvimento regional e nacional.

A diferenciação interna desses profissionais e seus possíveis impactos na ação sindical indicam os referenciais teórico e empírico para discutirmos a peculiaridade inerente às categorias profissionais baseadas em diploma universitário (Grün, 1992; Kawamura, 1981 e 1986), ou ainda as discussões relativas à chamada “classe média” (Wright Mills, 1976; Souza e Lamounier, 2010) e sua representação

político-sindical (Saes, 1985; Boito Jr, 2007). Defendemos, por fim, que a composição interna entre assalariados (dos setores público e privado) e autônomos (ou pessoa jurídica) constitui um ponto de partida para o estudo da organização e da atuação sindical desse segmento da força de trabalho.

Apesar de concordarmos com alguns pressupostos encontrados na bibliografia acerca da representação político-sindical entre o segmento sócio-profissional estudado, como a chamada “ideologia meritocrática” (Saes, 1985; Boito Jr, 2007), destacamos a necessidade de reflexão sobre a ocorrência desta e de outras características em ambientes estruturados por outros princípios de estratificação social, por vezes concorrentes ou opostos em relação à impessoalidade do mérito. Dito de outra forma, devemos pensar como se dá a relação entre saber técnico, representação sindical e prestígio social em diferentes contextos sociopolíticos a serem estudados.

Tomando por base a trajetória do SENGE-MA, observa-se que as questões demandadas por uma base heterogênea, onde o assalariamento constitui pouco mais da metade da condição de seus representados, influencia o sindicato na construção de discursos e ações que combinem duas estratégias: as ações do tipo “sindicato para a categoria” e “sindicato para a sociedade”¹¹.

Como parte de uma investigação em andamento, as informações acerca do perfil sócio-profissional dos associados do SENGE-MA, bem como sua comparação com outras experiências sindicais, corroboram algumas questões observadas na bibliografia sobre o tema e instiga a busca pelas possíveis peculiaridades constitutivas do sindicalismo de nível superior no estado do Maranhão, em especial no que tange à trajetória e à organização mais recente dos profissionais da engenharia.

Ao final, propõe-se uma inserção das observações levantadas por este trabalho na discussão mais geral sobre sindicalismo, ou para o rol das análises sobre como os sindicatos, em diversas categorias profissionais, lidam com a atual política de “autonomização”, seja nos planos discursivo-ideológico ou da organização do trabalho. De modo recorrente, a figura do trabalhador, titulado ou não, é substituída por termos como “associados”, “colaboradores”, “autônomos”, “empresários de si mesmos”, entre outros.

Se o embate entre assalariados e autônomos, estrutural para os engenheiros e seus sindicatos, torna-se cada vez mais generalizado nos discursos, nas formas de organização da produção ou, ainda, na construção das identidades laborais, isto torna possível a análise da experiência dos “SENGEs”, por mais heterogênea e permeada de conflitos internos que pareça, como uma contribuição para o estudo dos dilemas e das estratégias que são também experimentados por outras categorias de trabalhadores e seus representantes sindicais no Brasil e no mundo do trabalho como um todo.

Bibliografia

Antunes, R. (1991). *O Novo Sindicalismo*. São Paulo, Brasil: Brasil Urgente.

_____. (1995). *Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo, Brasil: Cortez.

Boito Jr, A. (2007). *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo, Brasil: UNESP.

Castel, R. (1997). *Metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.

Gorz, A. (1987). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Forense Universitária.

Grün, R. (1992). *A revolução dos gerentes brasileiros*. São Carlos, SP, Brasil: UFSCar.

- Hyman, R. (1996). Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Ano 2, Nº. 4. Cidade do México: Alast.
- Kawamura, L. (1981). *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo, Brasil: Ática.
- _____. (1986). *Tecnologia e Política na Sociedade*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Noronha, E. (1991). A exploração das greves na década de 80. Boito Jr, A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Offe, C. (1995). “Trabalho: categoria sociológica chave?” In: *Capitalismo desorganizado*. S. Paulo, Brasil: Brasiliense (pp. 167-197).
- Ramalho, J. R. & Santana, M. A. (2001). Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Ramalho & J. R. & Santana, M. A. (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.
- _____. (2004). *Sociologia do Trabalho*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo, Brasil: Makron.
- Rodrigues, L. M. (1999). *Destino do Sindicalismo*. São Paulo, Brasil: Edusp.
- Saes, D. (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, Brasil: T. A.. Queiroz.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- _____. (2006). *A Cultura do Novo. Capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- Silva, L. A. M. (1998). Trabalhadores do Brasil: virem-se. *Revista Insight/Inteligência*, Ano 1, Nº.5 (p.58-65). Rio de Janeiro, Brasil.
- Sorj, B. (2000). “Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15, Nº. 43. São Paulo, Brasil: ANPOCS (pp. 25-34).
- Souza, A. & Lamounier, B. (2010). *A Classe Média Brasileira*. São Paulo, Brasil: Ed. Campus.
- Weber, M. (1991). *Economia e sociedade*. V. 1. Brasília, Brasil: UnB.
- Wright Mills, C. (1976). *A nova classe média*. (2ª ed.) Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Notas

¹ No caso dos profissionais da engenharia, incluem-se na categoria “autônomo” as formas de exercício profissional sem contrato de assalariamento, tais como: profissionais liberais, prestadores de serviço, micro e pequenos empresários.

² Sobre a discussão do futuro do trabalho nas sociedades capitalistas, ver Gorz (1987), Rifkin (1995), Antunes (1995) e Castel (1997). Para uma discussão sobre o impacto da transformação do mundo do trabalho na análise sociológica, ver entre outros Offe (1995) e Sorj (2000).

³ Sennett (1999, p.27).

⁴ Apesar de destinado a um balanço geral dessa discussão, podemos considerar uma maior afinidade do próprio trabalho de Rodrigues (1997) com a tese do declínio do sindicalismo em uma realidade pós-industrial. Para uma contraposição a tal perspectiva, ver Hyman (1996) e Ramalho e Santana (2004).

⁵ Em seu estudo sobre os *white collars* americanos, Wright Mills (1976), aborda a correlação entre classe e prestígio social entre esses profissionais, bem como a competência técnica certificada por diploma escolar que garantiam a esses profissionais o monopólio da educação formal necessária ao tipo de emprego.

⁶ O ano de 1987, por exemplo, foi considerado “o ano das greves dos funcionários públicos” quando o número de paralisações superava em três vezes o do setor privado (Noronha, 1991, p.118).

⁷ Para esta comparação, excluímos os aposentados no caso do Maranhão, grupo do qual não obtivemos a informação quanto à situação progressa. Acreditamos, contudo, que a composição assalariados-autônomos seja semelhante à observada entre os demais associados.

⁸ Levantamento realizado durante o III Congresso Nacional dos Engenheiros, realizado em São Paulo – SP, entre 24 e 27 de setembro de 2012. Na ocasião foram ouvidos, preferencialmente, os presidentes dos 18 SENGES filiados à FNE. Alguns diretores também foram ouvidos seja para confirmar as informações prestadas ou mesmo por indicação dos próprios presidentes.

⁹ Apesar de também terem sido levantadas informações, os casos dos SENGES de Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Piauí e São Paulo não foram incluídos na tabela pelo fato de as informações levantadas serem imprecisas ou conflitantes.

¹⁰ Os dados fornecidos pelo SENGE-RJ em relação à idade e titulação são referentes à sua base de dados total, o que significa a inclusão de sócios “ativos” e “não-ativos”, entendendo-se estes últimos como aqueles que já não possuem vínculo com o sindicato.

¹¹ No sentido dado por Ramalho e Santana (2001).